

SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DO CURSO DE COMUNICAÇÃO DO CEARÁ

Adísia Sá

Professor-Adjunto do Curso de Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia. Professor-Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Do Instituto Brasileiro de Filosofia (Secção do Ceará). Jornalista.

Estamos comemorando os dez anos da primeira turma do Curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Ceará. Treze turmas já saíram do Curso. 247 jovens concluíram, destes, 138 estão em exercício profissional.

Mas, o que existiu antes deste acontecimento?

Se no mundo a preocupação com a formação e o aprimoramento dos profissionais de Imprensa vem de longe, de 1806, no Ceará tudo começou praticamente em 1937. (*) Isto significa que a luta universal ecoou entre nós e o Ceará fez coro ao movimento.

De Breslau, na Alemanha, aos Estados Unidos e, daí ao Brasil, a caminhada foi lenta, gradativa, mas firme.

Em 1918 a Associação Brasileira de Imprensa realiza o 1.º Congresso Brasileiro de Jornalismo e o seu tema principal foi a criação de uma Escola de Jornalismo.

Além de levantar o problema no Congresso, a ABI tudo fez para criar a sua Escola, infelizmente não concretizada. Mas as linhas mestras desta entidade foram lançadas na

(*) *A Imprensa no Brasil inicia sua atividade a 10 de setembro de 1808, quando da edição de Gazeta do Rio de Janeiro.*

oportunidade, espelhadas, ao longo do tempo, nas criadas no País, se não como realidade, pelo menos como objetivo...

Preocupava, acima de tudo, à classe, a formação profissional: “a Escola de Jornalismo, que não seria oficial, que não faria doutores nem bacharéis, mas se propunha unicamente a propiciar a seus alunos o ensino de matérias julgadas essenciais à prática da profissão, cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria necessária e à prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria, então, fundado o jornal para os alunos e na redação e nas oficinas desta folha iriam os estudantes desenvolver praticamente a sua força na sintaxe na ortografia da língua.” (1)

Vai caber a Anísio Teixeira a iniciativa pró criação do primeiro curso superior de Jornalismo no Brasil, na então Universidade do Distrito Federal, em 1935. A tentativa de Anísio Teixeira foi abortada por Getúlio Vargas, quando extinguiu a Universidade do Distrito Federal. Mas coube a Getúlio Vargas, pressionado pela ABI, — persistente na busca de seus propósitos — erigir em lei a criação de um curso superior para a formação de jornalistas profissionais, integrando-o na estrutura universitária, como setor vinculado às Faculdades de Filosofia. Isto em 1943.

Esta vinculação vai ser objeto de contínuas críticas pelo caráter bacharelesco e livresco dos cursos de Jornalismo, carentes, desde a sua origem, do instrumental prático enfatizada no projeto da Escola de Jornalismo, da ABI.

O certo, entretanto, é que, legalmente previsto desde 1935 e instituído em 1943, o ensino de jornalismo só terá suas diretrizes pedagógicas estabelecidas em 1946, quando o então Ministro Ernesto de Sousa Campos tomou a iniciativa de fixar uma estrutura curricular e definir outras providências de natureza didática. A ABI foi solicitada a colaborar nesta

(1) Sá, Victor — “A escola de Jornalismo”, In Um repórter na ABI, *cit.* José Marques de Melo Contribuições para uma pedagogia da Comunicação.

tarefa, não apenas por sua determinação na luta pela criação do Curso de Jornalismo, mas por ter sido o Decreto n.º 22 245/46, que instituiu o primeiro currículo para os cursos de Jornalismo no País considerado uma homenagem à “laboriosa classe dos jornalistas.”

Mas vai ser um curso particular — não oficial —, como preconizava a ABI — o primeiro a funcionar no País — o da Fundação Cásper Líbero, de São Paulo, em 1947. Só em 1948 é instalado o Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil). Este, como aquele, funcionando agregado à Faculdade de Filosofia.

Até o fim da década de 1950 mais sete são criados, seis em Universidades Católicas (Rio, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Pelotas e João Pessoa) e um em Universidade Federal (Salvador). Esse número cresce assustadoramente na década de 60. O do Ceará nasce justamente nesta década...

Mas eu disse inicialmente que a luta da ABI não foi em vão, embora não tenha criado a sua Escola.

O Ceará, que desde 1925 possuía a sua Associação de Imprensa, vinculada à ABI, tomou como modelo o movimento da entidade mater e desde 1937 levantou o problema. (2)

A primeira alusão à criação de uma Escola de Jornalismo no Ceará ocorreu na sessão do dia 12 de janeiro de 1937, na Associação Cearense de Imprensa, quando foi aprovado um voto de congratulações com a Ação Integralista Brasileira pela iniciativa de promover a fundação de uma Escola de Jornalismo no Brasil.

Se bem que Geraldo Nobre, no seu livro *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, fale que a idéia de criação de um curso de jornalismo tenha surgido no Ceará em 1930, a falta de maiores detalhes nos leva a tomar como marco inicial da luta pela criação de um Curso de Jornalismo o registro da ACI.

Mas se o assunto foi ventilado em 1937, só em 1948 é re-

(2) *A Imprensa no Ceará inicia suas atividades a 1.º de abril de 1824, quando da edição de seu primeiro jornal, Diário do Governo do Ceará.*

tomado. Assim é que, neste ano, a ACI mantém troca de correspondência com a Universidade do Brasil e com a Escola de Jornalismo Cásper Líbero solicitando dados sobre programas e bibliografias.

A ACI conseguiu sensibilizar, na oportunidade, a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, então interessada em instalar um curso de Jornalismo.

Era propósito da Faculdade de Filosofia do Ceará pôr em funcionamento o Curso em 1950. Ampla cobertura a Imprensa deu ao projeto, infelizmente e a despeito dos esforços tanto da ACI como da Faculdade, não concretizado. Mas a ACI não era de desistir de seu ambicioso projeto, já incluído, inclusive, nos Estatutos como um de seus objetivos. (3)

Em 1956 o assunto volta às sessões da Diretoria e desta vez com entusiasmo renovado, vez que a Faculdade Católica de Filosofia também não esmorecera e estava disposta a retomar o problema. Mais uma vez, infelizmente, as duas entidades não conseguem materializar o acalentado sonho.

Se de 1937 a 1950 decorreram treze anos de busca frustrada, de 1956 a 1957 o prazo não é tão grande. Em 1957 a ACI procurou a Universidade do Ceará, na pessoa de seu Reitor, prof. Antônio Martins Filho, buscando entendimentos visando à criação da Escola de Jornalismo.

Antônio Martins Filho empolga-se com a idéia, homem de Imprensa que foi e arrojado criador de escolas que é, e imediatamente inicia a sua decisiva e histórica participação no processo de criação do Curso de Jornalismo no Ceará.

Assim é que, não só patrocina a ida de jornalistas a congresso da classe no Rio de Janeiro, em 1957, como credencia Antônio Girão Barroso, Mozart Soriano Aderaldo e Paulo Bonavides, professores e jornalistas, para tratarem, no sul do País, de colher material necessário ao projeto de criação do Curso de Jornalismo no Ceará.

(3) *Estatutos de 1949 e 1958: "Pugnar pela existência de uma Escola de Jornalismo no Ceará."*

E isto foi o que fizeram aqueles profissionais. Tão logo retornaram de sua viagem entregaram relatório à Universidade, historiando tudo quanto conseguiram colher de objetivo nos seus contatos com escolas do Rio, São Paulo e outros Estados.

Infelizmente mais uma vez são frustrados os passos da ACI em direção ao seu grande e desejado objetivo.

Um ponto, entretanto, nesta história, merece ser salientado, a par, evidentemente, de tantos outros que saltam destas páginas: a fidelidade da ACI ao seu ideal. Fiel, combateu o bom combate e venceu, como veremos.

Se, ao longo de tantos anos, a ACI conseguiu entusiasmar entidades e pessoas em torno da criação do Curso de Jornalismo, a conquista tinha que acontecer, acrescida, evidentemente, de outros lutadores.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará a partir de 1963 entra no movimento em prol da criação do Curso de Jornalismo. Não repetindo a trajetória da ACI, o Sindicato, ao invés de buscar apoio ao projeto, iniciou sua luta diretamente ou seja, realizando algo que viesse a materializar, no tempo, a idéia.

Assim surgiram os "Cursos de Jornalismo para Principiantes", iniciativa pioneira do Sindicato, sem dúvida semente generosa e fértil, matriz do Curso de Comunicação Social.

Não havia tradição no Sindicato dos Jornalistas pela criação do Curso de Jornalismo, como a ACI, embora se deva salientar, com alegria, a participação decisiva de jornalistas profissionais em busca deste objetivo. Isto porque, não só a ACI era constituída quase que exclusivamente de jornalistas profissionais, ao contrário de hoje, como muitos profissionais eram atuantes militantes do Sindicato.

O Sindicato, mais voltado para as lutas específicas da categoria, tinha suas forças entregues à regulamentação da profissão e aos justos anseios salariais da classe. Isto, entretanto, não afastou o Sindicato da luta pela criação do Curso de Jornalismo, como eu disse.

Pelo contrário, foram os “cursinhos” do Sindicato, com o apoio da ACI, que estimularam de vez a Universidade, na pessoa de seu Reitor, Martins Filho, a criar, atendendo aos justos reclamos da classe jornalística cearense, o Curso de Jornalismo.

Foram realizados três cursos pelo Sindicato, sendo dois para principiantes — janeiro de 1963 e janeiro de 1964 e um Curso Livre, julho de 1964, patrocinado, este, pela Universidade. (4)

Creio que deva parar um pouco para chamar a atenção para mais um fato relevante na história do Curso de Comunicação Social: a presença firme da Universidade, em diversos momentos da luta e a figura destacada de Martins Filho neste quadro.

Martins Filho não apenas captou o sentido da criação do Curso, como teve sensibilidade histórica suficiente para concretizar o que há tanto tempo se queria.

Foi o primeiro Reitor da Universidade Federal do Ceará quem voltou a patrocinar a viagem de um representante da ACI e do Sindicato — no caso eu, a diversos Estados brasileiros coletando, mais uma vez, subsídios para a criação do Curso. Querendo aproveitar-se das lições da História Martins Filho não se demorou em delongas e comissões: criou o Curso a 12 de novembro de 1965. A resolução n.º 182, do Conselho Universitário, foi o instrumento legal que pôs em funcionamento o Curso que, imediatamente, realizou o seu primeiro vestibular.

Via-se, assim, vitoriosa, uma luta que durara quase 40 anos. Algumas gerações de jornalistas tiveram frustrados os

(4) O “cursinho” de janeiro de 1963 deu 53 concludentes, alguns deles, hoje, na atividade profissional. O de janeiro de 1964 apresentou um saldo de 40 concludentes, vários dos quais, desde então, se profissionalizaram. Finalmente o Curso Livre, com 48 concludentes, dentre os quais vários profissionais. Enquanto o Curso Livre contou com a presença de professores de outros Estados, como Hely Freire e Carlos Rizzini (São Paulo), Luiz Beltrão (Pernambuco), José Henrique de Carvalho (Rio de Janeiro), os dois primeiros contaram exclusivamente com o trabalho dos profissionais locais. *A História do Curso de Comunicação é objeto de meu livro Ensino de Jornalismo no Ceará, I.U. 1979.*

seus anseios de cursar Jornalismo, mas outras se beneficiaram e se beneficiarão, ao longo do tempo, daquilo que foi obra de tantos homens de Imprensa e administradores universitários.

A demora na concretização de alimentada idéia, longe de se apresentar como desalentadora e enfraquecer o ânimo das novas gerações quando buscarem um objetivo, deve servir para conscientizar os mais moços de que aquilo que se deseja tem que ser perseguido, mesmo que os frutos não sejam de sua colheita e para o seu sabor.

Após, como eu disse, a realização de três cursos, a criação oficial do Curso de Jornalismo tinha que ser recebida com euforia, não apenas pelos que trabalharam para a sua concretização, como pela Imprensa e pelos jovens que, a partir de então, definiram, em termos universitários, os seus objetivos.

Infelizmente não foram suaves e doces os primeiros anos do Curso de Jornalismo. Funcionando, inicialmente, no prédio da ACI (5.º andar do Ed. Perboyre e Silva, onde hoje é a sede do Sindicato dos Jornalistas) o Curso teve recrutados os seus professores do Curso de Letras da Universidade e, para as disciplinas técnicas, das salas de redações.

Este fato é relevante e significativo, ao mesmo tempo em que é comum a todos os Cursos de Jornalismo, não apenas no Brasil, como nos países onde foram criados. Os professores saíam, para as disciplinas epistemológicas, culturais, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e, para as disciplinas técnicas, das redações de jornais. Daí porque, originariamente, os cursos eram de Jornalismo e não de Comunicação. Os professores eram profissionais de jornal, levados à sala de aula com um grande acervo de experiência, conhecimento e prática. E era isto justamente o que se queria, no primeiro instante — a transmissão sistemática da prática, lado a lado com a formação cultural emanada do corpo universitário propriamente dito.

Ainda hoje se defende a presença de profissionais na

sala de aula, como maneira de contrabalançar a teoria fornecida pelas chamadas disciplinas culturais.

Mas, retomemos à história.

Após funcionar no prédio da ACI, é o Curso transferido para dependências do Centro de Cultura Portuguesa e, em 1968, com a participação efetiva dos estudantes, é localizado no prédio da antiga Faculdade de Farmácia, na Rua Barão do Rio Branco. Quando eu digo que a participação efetiva dos alunos responde pela localização do Curso de Jornalismo no prédio da antiga Faculdade de Farmácia, estou dizendo que foi graças ao movimento dos nossos alunos de então e mais a solidariedade de estudantes de outros cursos da Universidade na tomada do prédio, que conseguiu o Curso ganhar uma sede, mesmo que provisória.

Dizia eu que os professores das disciplinas técnicas saíram das redações de jornais para a sala de aula, o que é verdade. Foram professores fundadores Adísia Sá, Heitor Faria Guilherme, Teobaldo Landim, Felizardo Mont'Alverne, Cid Carvalho, J. C. Alencar Araripe, José Alcides Pinto, Flávio Ponte e Geraldo da Silva Nobre (depois renunciou, sendo admitido, então, Luiz Queiroz Campos), quase todos remanescentes dos "cursinhos" e do Curso Livre, responsáveis, então, por disciplinas.

Destes se afastaram, por aposentadoria ou por moto próprio, Felizardo Mont'Alverne, J. C. Alencar Araripe e José Alcides Pinto. Posteriormente ingressou, como auxiliar de ensino, Gilberto Vale.

De professores assistentes, em 1970 — graças a concurso de títulos, a adjuntos em 1979 — por promoção, os nove fundadores viram-se acrescidos com a presença de ex-alunos: Ivonete Maia, Erotilde Honório, Júlia Miranda, Vianey Mesquita e Geraldo Jesuino da Costa, colaboradores, à exceção de Ivonete Maia, auxiliar de ensino concursada. (5)

O Curso de Comunicação Social, inicialmente Curso de Jornalismo, veio ao encontro, como se viu, da aspiração da

(5) *Convidado, também lecionou no Curso o ex-aluno Francisco Souto Raulino, se bem que não tenha permanecido, como os demais.*

classe ao longo de mais de quarenta anos. Surgindo no momento em que a profissão de jornalista era discutida, lançando seus primeiros graduados quando da regulamentação da profissão, Decreto Lei n.º 972/69, o Curso de Jornalismo testemunhou o desaparecimento da chamada “fase romântica” ou “heróica” e a chegada gradativa da consciência profissional. Se bem que ainda hoje o braço protecionista de pessoas de direção de órgãos da Imprensa local seja o instrumento de acesso às atividades e às funções jornalísticas de indivíduos não habilitados, os critérios passam a ser outros, não apenas por exigência da Lei, mas por serem outros os tempos. Não é a amizade o meio de levar alguém à atividade jornalística. Jornalismo é profissão e como tal as pessoas vivem nela, dela e para ela, não se compreendendo mais a existência nas redações, não apenas de jornal, como de rádio, televisão e agências de publicidade, de olheiros. As transformações efetuadas na maquinaria e a dinâmica da administração de empresa não admitem mais a improvisação e a aprendizagem tutelar nas redações.

As improvisações não são mais admissíveis, tampouco o amadorismo: a Imprensa requer pessoal habilitado e dedicado ao seu mister. Imprensa não é mais trampolim para a vida pública, como há alguns anos. Imprensa significa atividade e função próprias de profissionais.

O Curso de Comunicação chegou, então, no momento de transição, quando a profissionalização tomava ares jurídicos e as empresas careciam de pessoal preparado para as suas atividades.

Percebiam os jornalistas do mundo inteiro e o brasileiro também, que a profissão tinha que receber outro tratamento.

Daí, como vimos, a luta da categoria pela criação de cursos para a formação de jornalistas.

No Ceará a luta foi a mesma e graças à atuação das entidades de classe a Universidade, atenta à sua tarefa, criou o nosso Curso. Foi o momento exato, dizia eu, porque o mercado de trabalho clamava por pessoal habilitado.

O Curso de Jornalismo, funcionando inicialmente em convênio com a ACI, ocupou, como disse, o 5.º andar do prédio da entidade e ali ficou até 1967, quando então passou-se para dependências da então Faculdade de Farmácia, prédio que seria, em 1968, tomando pelos estudantes.

Subordinado diretamente à Reitoria, o Curso teve como seu primeiro diretor o prof. Luís Sucupira. Os professores foram indicados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, isto é, os professores de disciplinas culturais, todos eles dos quadros da instituição.

O Curso funcionou à noite a partir de 2 de março de 1966, após o vestibular, no qual foram classificados 20, dos 35 inscritos, destes matricularam-se 14, restando, no final, em 1969, apenas cinco.

O número de vagas passou, em 1967, de 20 para 25.

Ainda na vigência do convênio com a ACI, que perdurou até 1967, Antônio Carlos Campos de Oliveira, então presidente da entidade, assumiu a direção do Curso, justamente no momento em que problemas os mais diversos tomavam conta da instituição.

Era chegada a hora da nomeação formal de professores para as disciplinas técnicas e pairava uma dúvida na Universidade: quem poderia ministrá-las. Digo nomeação formal porque até então todos os professores eram horistas, sem vínculo com a instituição.

É neste instante que o prof. Luiz Beltrão assume papel relevante na história do Curso. Vai caber a este professor pernambucano, organizador dos cursos de Pernambuco e Brasília, estruturar também o do Ceará. Convidado por Martins Filho, Luiz Beltrão, não apenas fez uma análise de nossa realidade em termos de curso, como sugeriu os nomes dos profissionais de Imprensa que deveriam ser aproveitados nas disciplinas técnicas, levando em consideração a graduação dos candidatos e suas experiências profissionais. E foram os nomes sugeridos por Luiz Beltrão os que, na sua maioria, constituíram a equipe fundadora do Curso.

O Curso, cessados os efeitos do convênio com a ACI, pas-

sou a ser da alçada exclusiva da Universidade. Nova Resolução do Conselho Universitário foi baixada (a de n.º 205, de 4 de março de 1968), deliberando sobre o Curso. O documento prescrevia, entre outros, que enquanto não ocorresse a implantação da Faculdade de Estudos Sociais e Filosofia, denominação depois modificada para a de Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, o Curso passaria a funcionar nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a supervisão de seu diretor, prof. José Parsifal Barroso, sob a coordenação do professor Carlos d'Alge.

Do prédio da então Faculdade de Farmácia, onde funcionava desde 1967, o Curso passou-se para dependências do Centro de Cultura Portuguesa, onde permaneceu até 1968, quando os estudantes, como vimos, conquistaram a sede, na Barão do Rio Branco.

Os estudantes, então, já contavam com uma entidade, o "Centro Acadêmico Tristão de Ataíde", fechada, como as demais, ainda neste ano de 68. Convém que se diga que a tomada do prédio se deu também ante o adiamento da promessa do então Reitor Fernando Leite de dotar o Curso de uma sede própria e mais, ante a proposta, também da Reitoria, de que o Curso seria fechado temporariamente, enquanto os alunos iriam concluir seus estudos noutros centros e, retornando, assumiriam, como professores, as disciplinas técnicas.

A tomada do prédio e a proposta do fechamento do Curso mereceram amplo noticiário da Imprensa. O certo é que o prédio continuou sendo do Curso até a sua mudança para o local onde hoje se encontra e, é claro, não houve o seu fechamento. Pelo contrário. Houve concurso para o preenchimento das disciplinas técnicas e algumas das reivindicações dos corpos discentes e administrativos foram atendidas, como aquisição de material, dependência de laboratório fotográfico e sala de redação. Até 1975 o Curso ficou no prédio conquistado.

A mudança de denominação de Curso de Jornalismo para Comunicação Social ocorreu por força da Resolução

n.º 11, do Conselho Federal de Educação, de 10 de novembro de 1969. Esta Resolução n.º 11 responde pela opção do Curso de Comunicação pelo sistema polivalente, no qual até hoje se encontra.

Vai caber ao prof. Faria Guilherme a coordenação do Curso de Comunicação e ele fica responsável, também, pela elaboração das normas de concurso para professor, bem como pela preparação da documentação necessária ao reconhecimento do Curso. Dos professores do Curso, foi o prof. Faria Guilherme o que, também funcionário da Universidade, voltou-se imediatamente para a administração do novo Curso, enquanto que os demais, jornalistas profissionais e com outras atividades, permaneceram em suas ocupações de origem concomitantemente com o magistério. Uma das exigências das normas do concurso para professor assistente era a de, no mínimo, quinze anos de atividade profissional de jornalista, exigência plenamente satisfeita pelos candidatos.

Com o concurso dos professores foi criado o Departamento de Comunicação Social, que passou a formar, com mais seis Departamentos, a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia.

A partir de 1970, com a departamentalização, alguns eventos merecem destaque:

- as vagas subiram de 25 para 40, número que permanece;
- criação da *Revista de Comunicação Social*, ainda hoje em circulação;
- transferência do curso, do turno da noite, para o período vespertino;
- concurso para auxiliar de ensino;
- reconhecimento do Curso.

O Curso foi reconhecido através do Decreto n.º 71 332, de 8 de novembro de 1972, assinado pelo então Presidente Médici.

Se o Curso foi transformado em Departamento em 1970, a 22 de abril de 1975 passou a Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia. Isto significa que a partir de

1975 Comunicação e Biblioteconomia iniciaram uma nova fase de vida. O primeiro chefe do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia foi o prof. Heitor Faria Guilherme, sendo eu sua subchefe e o prof. J. C. Alencar Araripe, o Coordenador do Curso de Biblioteconomia e a professora Aracy Fiúza Costa, de Biblioteconomia. Ao assumir, o prof. Faria Guilherme, a direção do Centro de Humanidades, em 1976 fui eleita Chefe do Departamento, tendo Aracy Fiúza Costa como subchefe.

Compõem, atualmente, o Curso de Comunicação Social os professores: Adísia Sá, Heitor Faria Guilherme (Diretor do Centro de Humanidades), Flávio Pontes, Cid Carvalho, Teobaldo Landim (Superintendente da TVE), Luís Campos. Auxiliares de ensino: Ivonete Maia e Gilberto Vale. Colaboradores: Júlia Miranda Canoco, Erotilde Honório Silva, Geraldo Jesuino da Costa e João Vianey Campos de Mesquita.

O Curso de Comunicação Social, criado em 1965, portanto às vésperas dos quatorze anos, já diplomou 13 turmas, num total de 247 concludentes, assim distribuídos:

1 — QUADRO DEMONSTRATIVO

ANO	CONCLUIDENTES	EM ATIVIDADES
1969	05	03
1970	16	07
1971	21	11
1972	24	12
1973	24	10
1974	31	11
1975	17	07
1976	30	22
1977	26	19
1978	41	28
1979/1	12	08
	247	138

Dos 247 graduados, como vimos, 138 estão em atividade profissional:

2 — QUADRO DEMONSTRATIVO

Área de atuação

Jornalismo (jornal, rádio, tv, revista)	76
Marketing	01
Publicidade	24
Assessorias de Imprensa e/ou RP	19
Projeto Sertanejo	07
Magistério (Curso de Jornalismo)	05
Projeto Minerva	01
Serviço Público (atividade correlata)	05
	<hr/>
	138

Dos 247 graduados 138 estão em atividade profissional.
E o restante?

3 — QUADRO DEMONSTRATIVO

Domésticas	38
Magistério	08
Serviço Público	18
Bancários	12
Comércio	18
Outras atividades (engenheiro, diplomata, militar)	05
	<hr/>
	109

Obs.: estes demonstrativos não são absolutos, considerando-se a grande mobilidade do pessoal, não apenas no mercado de trabalho específico, como em outras atividades.

Dos concludentes de 79/2, num total de 22, têm 10 em efetivo exercício profissional.

A história do Curso de Comunicação do Ceará, aqui contada em rápidas pinceladas, evidencia a luta da classe jornalística em busca de um ideal de mais de 40 anos.

A Imprensa cearense, *latu sensu*, tem os quadros profissionais preenchidos em 70% pela nova geração saída do Curso. Tal constatação diz que a luta não foi inútil: o bastão é passado adiante. E muito bem passado.